

A CASA DO CASTELHANO, NA CALDEIRA DAS LAJES – ILHA TERCEIRA. EM TORNO DOS MODELOS E PROTOTIPOS DA TIPOLOGICA DA CASA DE PLANTA QUADRANGULAR

ALBERGARIA, ISABEL SOARES DE
Universidade dos Açores - ialbergaria@uac.pt



Fig.1 - Casa do Castelhana, vista de sul. Foto do IPI-IAC



Fig.2 - Casa do Castelhana. Foto IPI-IAC

Introdução ao estudo da Casa do Castelhana

A Casa do Castelhana (ou do Espanhol) situada na Caldeira das Lajes, concelho da Praia da Vitória – ilha Terceira, constitui um caso absolutamente singular de casa nobre pela sua antiguidade e características arquitectónicas. A construção que miraculosamente chegou aos nossos dias (embora em ruína) está envolta em mistério e são poucos os autores que lhe dispensaram sequer uma breve menção¹.

Num pequeno artigo de duas paginas publicado no ano 2000 no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, o Eng. José Henrique Correia Guedes chama a atenção para a relevância histórica e patrimonial da Casa do Castelhana, assinalando certos aspectos construtivos e estruturais (onde também se inclui uma

¹ O presente estudo não teria sido possível sem o levantamento arquitectónico rigoroso, o qual beneficiou da generosa cedência das medidas detalhadas fornecidas pelo Professor Arquitecto João Vieira Caldas, e das plantas desenhadas pela minha colega Arq. Joana Guarda. A ambos agradeço reconhecidamente

projecção isométrica e algumas fotografias tiradas com a casa ainda habitada)². Também o *Inventário do Património Imóvel dos Açores*³ no volume dedicado ao concelho da Praia da Vitória (2004) descreve competentemente o referido imóvel [ficha nº118], sem adiantar outras considerações, que não teriam cabimento no âmbito daquele trabalho. Além destes nenhum outro estudo, local ou nacional, se refere a este exemplar arquitectónico.

As dificuldades com que os hipotéticos autores se deparam prendem-se naturalmente com a carência de fontes primárias conhecidas sobre o edifício em apreço ou sobre os seus encomendadores, autores ou locatários, escassez documental que muito dificilmente é compensada pelas brevíssimas referências dispensadas pelos cronistas.

Ouçamos o que sobre o imóvel nos diz Ferreira Drummond, um cronista terceirense que escreveu em meados do século XIX, deixando a que até ao momento é a notícia mais completa que dele temos: «Há também nesta freguesia muitas vinhas plantadas em biscoito que veio do interior da ilha, sendo o melhor vinho do sítio chamado a Caldeira junto ao mar, onde está um antiquíssimo edifício ou casa nobre estribada sobre colunas e arcos, demonstrando uma arquitectura e gosto mourisco; parece que foi habitação do capitão Pedro de Mendonça, reedificada à custa de bens da instituição de seu neto o rico padre Mateus de Mendonça que hoje se acham no domínio da fazenda nacional. Ali mesmo se observam ainda vestígios da pequena capela de Nossa Senhora da Luz»⁴.

Drummond ter-se-á apoiado no cronista seiscentista da *Fénix Angrense*, o Pe. Luís Maldonado, para identificar este Pedro de Mendonça. Esclarece Maldonado que Pedro da Costa Mendonça foi capitão de ordenanças da Praia, tendo participado nos conflitos armados que se sucederam à Restauração de 1640 com 100 homens da sua companhia⁵. Mais nada acrescenta acerca do obscuro personagem. Quanto à ermida de Nossa Senhora da Luz, o mesmo Pe. Luis Maldonado menciona-a a propósito das preces que se fizeram na ilha na sequência do terramoto de 1614, dizendo que o santo dessa ermida «sufragânea da paróquia de S. Miguel Arcanjo das Lagens», tinha sido levado para a respectiva igreja paróquia⁶.

Nem Gaspar Frutuoso antes de Maldonado, nem depois dele os cronistas Frei Diogo das Chagas, Frei Agostinho Montalverne e Pe António Cordeiro se referem quer à ermida da Luz, quer à casa do castelhano das Lajes. Frutuoso, no entanto, fornece uma descrição detalhada do lugar em finais do século XVI (c.1590).

Diz o cronista quinhentista que nessa «freguesia ha muitas terras férteis (sic) de pão e muitos biscoitos prantados de vinhas, porque corre pelo meio dela um biscoito, que desce do interior da serra, do meio da ilha, que chega até ao mar, o qual (...) fez uma grande caldeira (que assim se chama), toda de biscoito, de quantidade de quinze moios de terra, onde dantes parece claro que era baía do mar, porque a rocha que cerca esta caldeira vai correndo contigua com a mesma rocha do mar, de uma ponta e doutra, muito alta, ficando a modo de baía, e onde o mar bate nela. (...) na qual caldeira estão prantadas muitas vinhas, que dão muito bom vinho e grande pomares de diversas frutas, e ao longo da rocha dela estão prantadas como

² José Henrique Correia GUEDES, «Um Estudo Sobre a Casa do Castelhana situado na Caldeira das Lajes», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo 2000, pp.103-109.

³ Jorge BRUNO (Coord.) *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, DRC/Instituto Açoriano de Cultura, 1998-2011.

⁴ DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos topográficos, políticos, civis e ecclesiásticos para a história das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p.275.

⁵ Pe. Manuel Luís MALDONADO, *Fénix Angrense*, 1990, vol. II, pp.168; 238.

⁶ *Idem*, vol. II, p.669.

cento e cinquenta amoreiras, mui grandes e antigas, com as quais se criam bichos, que fazem muita e dão fina seda, que a de Granada não lhe faz vantagem.»⁷. Acrescenta ainda que ao pé da rocha há uma fonte de água doce de que se servem os lavradores da zona.

O Pe. Cordeiro fornece detalhes sobre esta fonte junto da rocha e a sua envolvente dizendo que «esta numa larga e clara furna, que tem boas descidas e subidas» e que «tambem na terra de cima, aonde quer que cavão, se descobrem poço da mesma excellente agoa». Diz ainda que na ponta mais alta da serra de João de Teve (conhecida actualmente por serra das Lajes) existia uma outra fonte e, mais importante, um «Facho, & atalaya de perpetua vigia, que descobre todo o mar, & tem doze mil reis de soldo, sem mais obrigação que levantar a bandeyra no facho quando aparece navio»⁸.

Tal posição estratégica justificaria porventura a permanência de um capitão de ordenanças na Caldeira das Lajes, cuja residência orientada para a serra de João de Teve estaria preparada para manobrar, em terra, uma operação concertada contra possíveis invasores? Hipótese sugestiva mas por enquanto especulativa, dada a carência de outros dados comprovativos.

Esgotadas as fontes documentais, pelo menos no que diz respeito aos cronistas, resta-nos o objecto existente e as leituras que dele podemos extrair. Afinal é esse o principal documento do historiador da arte.

Uma primeira leitura aponta no sentido de um programa arquitectónico fixo e reconhecível, executado de raiz e sem grandes intervenções apócrifas, o que é muito raro. A análise dos processos construtivos e sobretudo da sua morfologia, conjugada com a escassa informação histórica disponível, permitem arriscar uma cronologia que ronda as primeiras décadas do século XVII.



Fig. 3 - Alçado sul. In Correia Guedes, «Um estudo sobre a casa do Castelheiro situado na Caldeira das Lajes»



Fig. 4 - Alçado nascente. In Correia Guedes, «Um estudo sobre a casa do Castelheiro situado na Caldeira das Lajes»

Casa de lavoura ou casa de campo?

O contexto físico que envolvia a casa, a posição social dos encomendadores e dos primeiros proprietários, bem como o conhecimento da finalidade da construção, ajudariam bastante na determinação do

⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, Livro VI, 1998, p.20.

⁸ Pe. António Cordeiro, *Historia Insulana Das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Lisboa, ed fac similada pelo Governo Regional dos Açores, 2007 [1717], p.256..

tipo de habitação e na reconstituição da importância assumida à época. Tratar-se-á de uma construção promovida por um membro da baixa nobreza local ligada aos aparelhos da governação, ou estaria associada a alguma figura mais grada da hierarquia militar? De onde vem a tradição oral do «castelhano» ou «do espanhol» por que é conhecido o imóvel? Dependente da identificação do promotor da obra e do reconhecimento do seu estatuto social poder-se-ia chegar mais facilmente a uma primeira distinção entre a casa de lavoura *strictu senso* e a casa de campo – ou quinta de recreio –, no sentido da habitação sazonal votada ou não exclusivamente ao recreio campestre.

A observação directa do local não revela grandes pistas, a menos que uma campanha arqueológica viesse trazer outra luz sobre o assunto. Em volta da casa não subsistem construções anexas (excepto o poço), muros nos limites da propriedade, portões, pátios, jardins ou outros vestígios de unidades produtivas. Nem mesmo o mais ténue sinal da capela de Nossa Senhora da Luz de que fala Drummond. Desconhecemos, ainda, qual a extensão original da propriedade vinculada à casa do castelhano.

O que sabemos, por outro lado, é que a área onde está implantada era apetecível pela existência de fontes de água doce e intensamente cultivada com vinhedos e fruteiras – segundo nos informa o cronista quinhentista –, aspectos que garantem a pressão exercida sobre a posse da terra e a riqueza dos respectivos proprietários.



Fig.5 - Casa do Castelhana, vista de nascente.
Foto IPI-IAC

A casa está implantada em terreno plano, próxima do mar mas respeitosamente distante dele, optando por conceder o privilegio das vistas para o lado nascente – posicionando desse lado a extensa varanda/balcão –, para onde se estende uma vasta planície cultivada terminando na serra das Lajes, que culminaria no posto semafórico de vigia permanente, segundo nos informa o Pe. António Cordeiro.

Tendo em conta a qualidade do edificado (e menos o uso ou finalidade) em que escalão devemos incluir a Casa do Castelhana? No de uma simples casa de lavoura enriquecida, ou tomada como uma quinta senhorial equiparada a tantas outras existentes no território nacional?

Uma primeira constatação atenta às reduzidas dimensões da Casa do Castelhana, quando comparadas com as dos paços senhoriais erguidos em Portugal no início da Época Moderna.

Com efeito, a área útil do edifício residencial é de 84,6 metros² no rés-do-chão a que se soma área idêntica no primeiro andar, perfazendo um total de 169 m². Algumas Aulas ou Salas dos paços quatuorcentistas, só por si, possuem dimensões desta ordem como acontece com a grande Aula do Paço condal de Barcelos com 128 m², idêntica à Sala de Armas do Paço joanino de Leiria⁹. Mário Barroca aponta para áreas úteis dos paços senhoriais entre os séculos XIII e XIV na ordem dos 100 a 120 m² tomando como exemplo os anexos residenciais das antigas torres – caso da Torre de Vasconcelos (Sta. Maria de Ferreiros, Amares), do “Castelo” de Paranhos (Terroso, Vila do Conde), ou do Solar dos Pinheiros (Barcelos), este último reformulado no século XV pelo Dr. Pêro Esteves, da casa do 1º Duque de Bragança, que lhe terá acrescentado a segunda torre¹⁰.

A dimensão das residências senhoriais, sobretudo quando falamos dos paços manuelinos e das quintas renascentistas tende claramente a aumentar ao longo do século XVI. Embora sem números exactos das respectivas dimensões, as quintas renascentistas do baixo Vale do Tejo (Valfiores, Paço d’Arcos, Chavões, Verdelha)¹¹, as conhecidas quintas de Azeitão (Bacalhoa e quinta das Torres) e de Sintra (Penha Verde, Ribafria), ou ainda o Paço de Fontelo em Viseu, entre outras, compreendem áreas úteis de habitação multiplicadas por 5 a 10 vezes mais a dimensão da casa lajense¹².

Não obstante a impossível equiparação com as mais destacadas quintas senhoriais continentais, os escassos 169 m² da Casa do Castelhana são enganadores. Trata-se de uma dimensão que representa, apesar de tudo, um aumento significativo relativamente às áreas habitadas das antigas torres medievais e certamente, também, em relação à habitação corrente, rural e urbana, durante toda a Idade Moderna¹³. Mas mais do que isso, no que toca ao território insular – e tomando em conta os dados que consegui apurar para a casa nobre micaelense¹⁴ –, a área útil da Casa do Castelhana é equiparável ou mesmo superior à da maioria das suas congéneres quinho-seiscentistas.

É o caso do Monte de Nossa Senhora dos Prazeres, no Pico da Pedra, cujos dois únicos compartimentos contíguos (descontada a capela em posição isolada) não ultrapassam os 50 metros², ou o do Monte Leopoldo, nos Arrifes, igualmente com dois compartimentos, cobertos por altas abóbadas em barrete de

⁹ Cf. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA; Mário Jorge BARROCA, «Arquitectura Gótica Civil», in *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa: Presença, 2002, p.111.

¹⁰ *Idem*, p. 106.

¹¹ Este lote de quintas renascentistas do baixo vale do Tejo foi estudado por João Vieira CALDAS em «O mundo erudito e o mundo vernáculo nas quintas viradas ao Tejo», in V Colóquio Luso-brasileiro de Historia da Arte, 2001, pp.233-257.

¹² Para uma visão de síntese sobre as quintas renascentistas portuguesas veja-se Rafael MOREIRA, «Arquitectura civil e engenheiros militares», in *Historia da Arte Portuguesa*. Dir: Paulo Pereira, Lisboa: Circulo de Leitores, 1995, vol II, pp.362-.364; Vítor Serrão, *O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Ed. Presença, 2002, pp.59-61; Paulo PEREIRA, «As villae e palácios à portuguesa», in *Arte Portuguesa. História Essencial*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp.533-535.

¹³ São muitos os estudos que se debruçam sobre a habitação corrente do início da época moderna, especialmente da casa urbana. Citem-se como exemplos Hélder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; José Ferrão AFONSO, *A Rua das Flores no Século XVI. Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: FAUP, 2000; Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra — dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 2002; ou ainda para uma visão de síntese Luís Miguel DUARTE, «As casas urbanas». In *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques, Lisboa, 1999, vol 5 e Fernanda Olival, «Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios», *Historia da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, dir. por José Matoso, 2010, pp.244-275.

¹⁴ Dados apurados a partir dos levantamentos arquitectónicos e estudo documental empreendidos para a casa nobre micaelense no âmbito da minha dissertação de doutoramento em curso.

clérigo, medindo uma área útil de 58,7 metros². Um outro exemplo edificado em meados do século XVII, o Monte da Vitória, apresenta uma área de 96,4 metros² distribuída por três divisões dispostas em linha, com excepção da capela contígua acrescentada no início de setecentos, ou, ainda, a Casa dos Pinheiros, também com três divisões formando um «L» e uma área útil de 83,8 metros². Nenhum destes exemplos, deve sublinhar-se, possui uma cozinha que possa ser reconhecida como tendo pertencido ao programa original ou inclui lojas no rés-do-chão. Mais próxima pelas dimensões e organização do espaço residencial, posicionam-se duas outras quintas micaelenses: a Quinta do Cruzeiro, nas Capelas e a Quinta do Loreto, na Fajã de Baixo. Embora sobre a primeira não tenham ficado dados documentais que permitam confirmar a sua origem quinhentista e a segunda tenha sido muito alterada com novas campanhas construtivas, continuam a revelar-se paralelos interessantes. Tal como na casa do castelhano têm dois pisos, separando as funções de armazenamento e de apoio à actividade produtiva, no piso térreo, da função habitacional reservada ao primeiro andar (o *piano nobile*). A organização do espaço, essa mantém-se estritamente linear, desenhando uma planta rectangular, na Quinta do Cruzeiro, e uma planta em «L» na Quinta do Loreto.

Mais importante do que a dimensão, são os aspectos construtivos, os materiais e equipamentos, reveladores de alguma sofisticação e, sobretudo, a singular distribuição do espaço formalizada numa planta ímpar de base quadrangular. São estes aspectos que permitem afastar decididamente a ideia de que a Casa do Castelhana se possa confundir com uma vulgar casa rica de lavoura de características vernaculares.

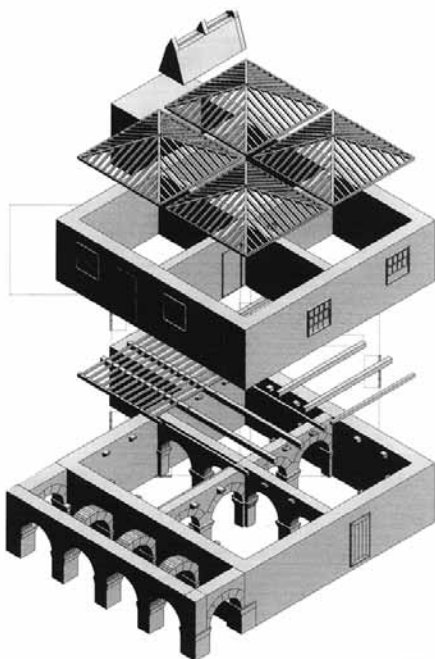


Fig.6 - Perspectiva isométrica, *In* Correia Guedes, «Um estudo sobre a casa do Castelhana situado na Caldeira das Lajes»

Um dos elementos de maior novidade diz respeito à varanda/balcão larga que se ergue ao nível do primeiro andar sobre arcaria cruzada, articulada com um complexo esquema de escadas exteriores de acesso ao primeiro andar. O uso de corpos assentes sobre arcarias terá uma origem reconhecida na sala dos cisnes do paço real de Sintra, integrada na campanha de obras de D. João I, repetindo-se depois noutros paços reais e senhoriais¹⁵. Mas a arcaria suportando uma larga varanda/terraço aberta e em posição avançada sobre o plano do edifício, franqueada por corpos laterais, é, segundo João Vieira Caldas, uma interpretação vernácula da *loggia* italiana entre duas torres¹⁶.



Fig.7 – Interior da galeria de arcos cruzados.
Foto IPI-IAC



Fig.8 - Balcão avarandado, voltado a nascente.
Foto IPI-IAC

No caso da Casa do Castelhana a galeria formada por arcos é adossada à fachada principal, mas distingue-se do modelo italiano, quer pela ausência das torres laterais, quer pela inexistência da uma *loggia* sobreposta à arcaria do piso térreo. Se as referências a balcões avarandados nas casas urbanas e rurais açorianas é conhecida desde o século XVI, nunca em nenhum exemplo que tenha chegado aos nossos dias esse balcão se apoia numa galeria de arcos regulares¹⁷. Só muito mais tarde, bem adiantado o século XVIII, o *balcão* será sustentado por arcos na base. Concluimos portanto que a galeria em arcadas cruzadas do imóvel terceirense remete para o modelo renascentista, embora numa solução *sui generis* e incompleta face ao referente.

Outra das inovações, desta vez relacionada com a distribuição do espaço, consiste na integração da cozinha no bloco da habitação, deixando de ser como habitualmente uma excrescência da casa propriamente dita. Não apenas a cozinha está «dentro de casa» como se situa ao nível do andar nobre, obrigando para tal a um reforço importante da estrutura de sustentação do complexo da caixa-do-lar, forno e chaminé. Internamente, observa-se na base desse volume que se projecta para fora, e que é maciço no

¹⁵ Cf. Mário BARROCA, *ob.cit.* p..119-120.

¹⁶ O protótipo da varanda aberta sobre arcos, flanqueada por torres, de inspiração italiana mas interpretação vernacular portuguesa é segundo João Vieira Caldas, o Paço de Arcos. Cf. João Vieira CALDAS, «O mundo erudito e o mundo vernáculo nas quintas viradas ao Tejo», p.241

¹⁷ As referencias documentais que encontrei e os vestígios materiais de épocas mais recuadas relativos a balcões adossados à fachada principal ou ao tardo, quer em S. Miguel quer na Terceira, mostram estruturas maciças na base ou, quanto muito, abrigando no interior cisternas.

piso térreo, uma possante consola de pedra em dois gomos, de aparência ainda medieval, sustentando a caixa-do-lar.



Fig.9 - Consola em duplo gomo sustentando a caixa-do-lar.
Foto Isabel Albergaria.

No que se refere à qualidade dos equipamentos fixos, a cozinha é dos espaços mais nobres e exigentes, possuindo além da caixa-do-lar e respectivo forno e chaminé, um nicho de iluminação na parede do lado esquerdo, um *poial* curto e outro mais alto, ao lado direito da boca do forno, ainda outro ao nível deste, e a longa *amassaria* que inclui, a meio da parede poente, uma pia de despejo com o seu canal de pedra para escoamento das águas sujas. Acrescentam-se duas *copeiras* (armários) em pedra, embutidas nas paredes interiores, e uma janela de assento voltada a sul.

Não restam dúvidas quanto à função especializada da cozinha. Esta deixa de ser um espaço indiferenciado e polivalente, onde se desempenhavam todo o tipo de tarefas domésticas, para se assumir como espaço destinado à preparação dos alimentos. O mesmo não pode dizer-se a respeito dos outros três compartimentos. Não existindo qualquer referência ao mobiliário e perante a equivalência dos equipamentos fixos, é difícil atribuir funções específicas a esses espaços. Todos possuem armários embutidos, pavimentos de madeira e tectos artesoados de madeira, que provavelmente terão sido enriquecidos com a chamada «obra de laço» ou alfarjes muçulmanos¹⁸.

Um traço «arcaico» da Casa do Castelhana reside no perfil de certos vãos (uma janela e uma porta no segundo piso) em cujos lintéis se vêem reminiscências do arco de carena manuelino¹⁹. Trata-se de um

¹⁸ Os alfarjes foram muito usados em Portugal no século XVI em obras religiosas, civis e domésticas. Nos Açores, na Madeira e sobretudo nas Canárias, não desaparecem com o século XVI. Pelo contrário mantém-se um vivo interesse por esta fórmula decorativa ao longo das centúrias seguintes, como demonstram obras muito mais tardias nas ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, de que o tecto da casa Carvalhal, em Angra (século XVIII) é um bom exemplo.

¹⁹ Terá sido o vestígio manuelino dos vãos que justificou a atribuição de «gosto mourismo» à casa do Castelhana feita por Ferreira Drummond.



fig.10 - Janela de assento com moldura de arestas redondas e «bico» do arco em carena. Foto Isabel Albergaria.

pormenor que vemos também usado noutras construções do mesmo período, como é o caso do palácio dos Remédios, na cidade de Angra, edificado no início de seiscentos pelo Provedor das armadas da Índia, Manuel do Canto e Castro, e do convento de São Francisco, na mesma cidade. É provável que nem todos os vãos (interiores e exteriores) correspondam aos originais. Pelo menos as duas janelas e portas da fachada principal não o são. Se se mantiveram as mesmas aberturas em número e disposição, não podemos assegurar, mas tudo leva a crer que não tenham sido substancialmente alteradas.

No que toca aos aspectos construtivos, é natural que as soluções encontradas, nomeadamente no talhe dos grossos silhares do embasamento e dos cunhais – aspectos perceptíveis no interior das lojas –; nas grandes lajes do balcão; na montagem da chaminé; ou na armação dos arcos dos baixos, tenham tido um carácter inovador, talvez mesmo revolucionário no plano formal e técnico. É certo que em termos figurativos alguns vãos ainda mostram resquícios de uma linguagem manuelina e que, genericamente, os problemas de estereometria decorrentes do emprego da pedra vulcânica (traquitos e ingrimbitos) tenham produzido por vezes soluções formais algo frustes²⁰. Mas há que reconhecer a solidez da construção, resistente aos vários sismos que afectaram a região (particularmente os terremotos de 1614, 1841 e 1980) e a nobreza que no seu conjunto logra alcançar o trabalho da pedra.

A implantação da Casa do Castelhana numa zona agrícola que se sente muito presente pelo domínio visual exercido sobre os campos, a partir da varanda/balcão, associada a uma construção, que sendo impositiva na paisagem, não é monumentalizada e não apresenta sinais de um uso lúdico do espaço, obrigam a afastar o modelo da *villa* italianizante renascentista votada ao recreio e envolvida na sua *aura mediocritas*. Pela dimensão e modéstia do programa, não serve igualmente a equiparação aos paços manuelinos ou às grandes quintas senhoriais portuguesas de quinhentos e seiscentos. Claramente pertencente a um grupo de casas nobres de segunda linha, intimamente relacionada com a função produtiva, sem deixar de ter o estatuto de casa de campo, a Casa do Castelhana distancia-se, apesar disso, dos modelos vernaculares consagrados pelo uso e difere radicalmente da tipologia linear das suas congéneres açorianas.

²⁰ O aspecto tosco das lavouras em pedra vulcânica é um aspecto que acompanha a arquitectura açoriana durante toda a época moderna, só melhorando sensivelmente no século XIX.

Um projecto arquetípico

O ponto absolutamente excepcional da Casa do Castelhana não decorre como acabámos de ver, da sua dimensão, da aplicação de materiais nobres ou do emprego de elementos decorativos. É verdade que a solidez da construção não tem paralelo em outras edificações coevas do concelho da Praia, nem mesmo religiosas, tendo em vista que resistiu, pelo menos, a dois mega sismos que por duas vezes abalaram a vila da Praia, destruindo casas, templos e conventos. É verdade ainda que a qualidade dos equipamentos fixos (sobre os móveis nada sabemos) revela uma sofisticação invulgar para a época e que a varanda/balcão apoiada em arcadas ou a cozinha integrada constituem novidades. Se tudo isto, enfim, garante um carácter especial, é na concepção do projecto que reside o aspecto mais importante.

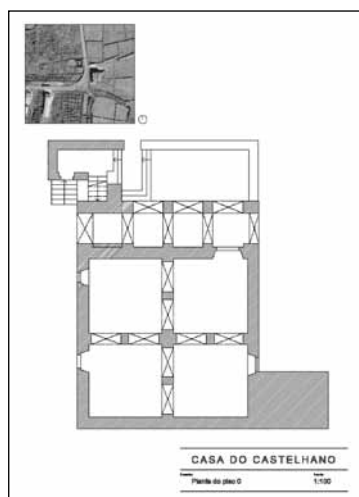


Fig.11- Casa do Castelhana, planta do piso 0

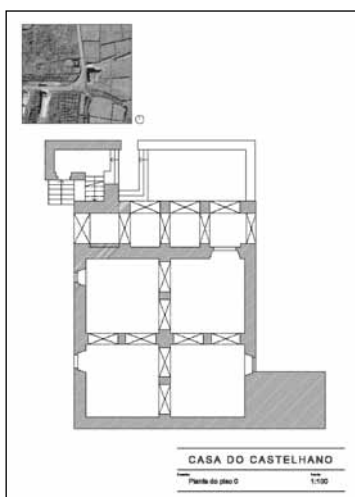


Fig.12- Casa do Castelhana, planta do piso 1

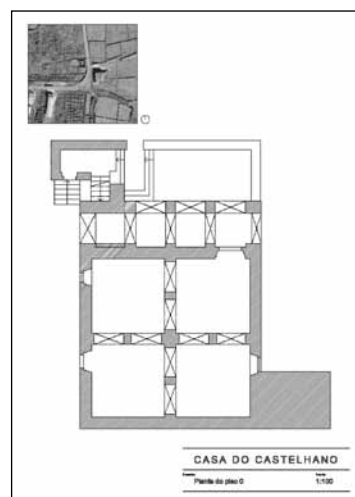


Fig.13- Casa do Castelhana, planta da cobertura

O que temos é uma planta quase esquemática, dominada por grande rigor de desenho e medidas precisas revelando a mão de um arquitecto ou de um engenheiro militar. Constitui-se por um quadrilátero de 10,50x10,50 metros que se subdivide em quatro outros quadrados rigorosamente iguais com 4,20 de lado (pelo interior). No piso térreo a divisão dos compartimentos faz-se por uma arcada cruzada em dois eixos perpendiculares, de quatro arcos de volta perfeita cada, separados por grossos pilares de perfil rectangular (40x60 cm), excepto o central que tem perfil cruciforme. A essa planta quadrada soma-se uma galeria no piso térreo armada numa arcaria quadripartida apoiada em oito arcos cruzados de idêntico perfil sustentando o balcão superior; um outro volume de base quase quadrada pertence à caixa do forno terminando na «chaminé de mãos postas» (na forma de um prisma triangular), encostada à fachada voltada a sul.

O racionalismo patente na absoluta simetria da planta não adopta o partido da planta centralizada como nas *villae* paladianas do Véneto ou mesmo nas soluções portuguesas em que o pátio toma o lugar central (quase todas as já citadas quintas renascentistas portuguesas). Ao contrário dos esquemas planimétricos

das *villas* italianas, aqui o centro da composição não é ocupado por nenhum espaço, mas pela cruz que divide o quadrado maior nos seus submúltiplos. É verdadeiramente o pilar cruciforme que toma essa posição central, numa concepção estranha a todas as fórmulas experimentadas no Renascimento.

Deve notar-se que o projecto consuma-se num exercício de clareza geométrica, parecendo ambicionar uma forma abstracta do espaço, concepção essa que se manifesta antes de mais, no desenho da planta, já que a composição dos alçados é indiferente e não revela preocupações de simetria ou sequer de distribuição regular dos vãos. Lembremos que todos os alçados diferem entre si e que o despojamento absoluto de elementos decorativos é nota dominante, chegando-se ao ponto do alçado poente ser totalmente cego, tendo por único elemento saliente na superfície lisa da parede, o canal de despejo da cozinha.

Mesmo sem um controlo absoluto do desenho, no que diz respeito às proporções dos alçados e composição dos elementos exteriores, há uma matriz planimétrica geométrica, subordinada a um princípio estrito de simetria, que só por si garante a sobreposição do valor do projecto sobre o da construção, situação que não poderia ocorrer antes da incorporação dos ideais da cultura renascentista.

Tal como para a arquitectura do *Quattrocento*, a figura geométrica elementar assume um papel decisivo, neste caso com a predominância do quadrado, embora também o círculo, o triângulo e o rectângulo estejam presentes. Sobrepondo-se à geometria simples assiste-se aqui à obsessão dos números 1, 2, 4, 8 e 16. Senão vejamos: 1 – forno; chaminé; terraço/balcão; 2 – paredes interiores; telhados; 4 – compartimentos de cada piso; cada alinhamento de arcos; vãos do rés-do-chão; lanços da escada; 8 – total de divisões; total dos arcos da galeria; total dos arcos do piso térreo; 16 – total do número de arcos; total de portas e janelas.

Não é certamente coincidência este jogo de múltiplos e submúltiplos enquanto exercício especulativo de sentido algébrico-geométrico. O experimentalismo da fórmula faz deste edifício um projecto arquetípico.

A pergunta que surge naturalmente prende-se com a origem do modelo, de que não se conhecem antecedentes antigos, medievais ou mesmo renascentistas e que parece não resultar de um processo longo e «cumulativo». Estaremos em presença daquilo a que Paulo Pereira chama de «paldianismo lusitano» na linha de uma interpretação *castiça* do classicismo?²¹ Tratar-se-á nesse caso, de uma *inventione* à maneira neoplatónica e maneirista, uma *imago* reproduzível numa forma sensível, no sentido em que é utilizado por Françoise Choay?²²

A questão tem que ser equacionada no âmbito do tema da casa de planta quadrangular, cuja tipologia o exemplar terceirense encarna de uma forma perfeita (arquetípica) e para o qual este estudo pretende ser um modesto contributo.

O tema da casa quadrangular

O reconhecimento da existência de uma tipologia de casa quadrangular presente em contexto rural, pelo menos desde o século XVI no território continental, deve-se ao historiador da arquitectura João Viera Caldas. Em dois dos trabalhos de investigação que desenvolveu, respectivamente, para dissertação de

²¹ A expressão «paldianismo lusitano» é empregue por Paulo Pereira a propósito da obra de arquitectos como Afonso Alvares, Miguel de Arruda e sobretudo Antonio Rodrigues que teriam desenvolvido uma alternativa portuguesa à erudição arquitectónica serliana e romana. Cf. Paulo PEREIRA, *ob.cit.*, p.564.

²² Cf. Françoise CHOAY, *A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p.149.

mestrado e de doutoramento encontrou, descreveu e definiu a nova tipologia de casa rural, mais ou menos nobilitada.

Diz o autor que esta tipologia corresponde a um edifício formado por dois corpos de dois pisos, individualizados por telhados de quatro águas e partilhando a mesma caleira sobre a parede mestra central (ou de «encosto»), situação que no Algarve pode apresentar-se em telhados múltiplos sobre cada uma das divisões na forma dos *telhados de tesouro* algarvios. Uma escada exterior colocada no lado mais curto das unidades rectangulares permite o acesso ao piso superior, ficando normalmente do lado oposto ao do volume do forno-chaminé alta. Na sua formulação simples e despojada, o modelo recenseado revela-se também pela inexistência, em muitos casos, de quaisquer socos, cunhais ou frisos de cantaria e ainda pela ausência de uma fachada demarcada. A forma como está implantada mostra também um posicionamento indiferente relativamente à estrada ou a pátios e outros recintos exteriores²³.

Dos diversos exemplares continentais recenseados, quer na região de Lisboa, a norte e a sul do Tejo, quer no Algarve, os mais antigos são os mais próximos do modelo, embora nenhum deles, pelo menos na versão actual, apresente a divisão interna em quatro compartimentos iguais com as paredes mestras em cruz. Outra diferença relativamente ao exemplar açoriano diz respeito à posição da cozinha. Esta ou não existe enquanto tal, como frequentemente acontece no Algarve, ou está no rés-do-chão.

Um dos exemplos mais interessantes é o da Casa de Vila Fria, em Porto Salvo (Oeiras), uma pequena quinta do século XVII com capela anexa, mas separada do corpo da habitação. O conjunto compreende um pátio de forma aproximadamente quadrangular e área idêntica à da casa, onde está a capela e sacristia anexa. A habitação tem dois pisos, com quatro compartimentos desiguais em cada um deles, reservando o rés-do-chão para a cozinha e área de serviços e o primeiro andar para os quartos e as salas, todos com tectos de masseira.²⁴

Com o mesmo tipo de planta quadrangular e de fundação quinhentista, encontram-se outros exemplares de habitações principais em grandes quintas algarvias. A Casa do “Coca Maravilhas” (Portimão) – nome que lhe adveio da família proprietária no século XIX –, remonta ao século XVI e é a que se aproxima mais do tipo esquemático da planta quadrada. Descontadas as alterações recentes, são ainda perfeitamente perceptíveis, segundo o autor do estudo, as quatro divisões no primeiro e segundo pisos, com escada exterior comunicando com a porta principal e curto balcão²⁵. No programa original não parece haver lugar a um espaço reconhecidamente de cozinha.

Nos Açores nunca foi tentado um estudo que visasse a identificação de tipologias da casa nobre. Com excepção dos levantamentos que tenho vindo a efectuar no âmbito do estudo da casa nobre micaelense²⁶, são raros e pontuais os trabalhos que se debruçam sobre os aspectos distributivos da habitação histórica de prestígio. Ao invés, a arquitectura popular beneficiou de um aturado trabalho de campo promovido pela Associação dos Arquitectos Portugueses (actual Ordem dos Arquitectos) desde o início dos anos 80, cujo valioso contributo foi dado à estampa em 2000.

²³ João Vieira CALDAS, *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*, Porto: FAUP, 1999, p.120.

²⁴ *Idem*, p.193.

²⁵ João Vieira CALDAS, *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*. Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada ao IST, UTL, 2007 (policopiada), p.57.

²⁶ Alguns resultados parciais sobre as tipologias da casa nobre respeitam à casa nobre micaelense no âmbito do estudo que me encontro a desenvolver para dissertação de doutoramento em Arquitectura.

A «descoberta» da *casa em bloco compacto* ou com *cozinha integrada* deve-se ao inquérito da Arquitectura Popular. Na descrição dos tipos principais, os autores afirmam acerca da «casa integrada «(...)que já inclui a cozinha na sua planta quadrangular, frequentemente organizada em cruz...» e mais à frente completam a ideia de distribuição interior afirmando que esta é feita «segundo dois eixos perpendiculares»²⁷. São normalmente habitações térreas, traduzindo formalmente uma fachada de janela-porta-janela, e contendo interiormente compartimentos separados por paredes divisórias em madeira, com ou sem corredor.



Fig. 14 - Solar de S. Sebastião. Foto IPI-IAC

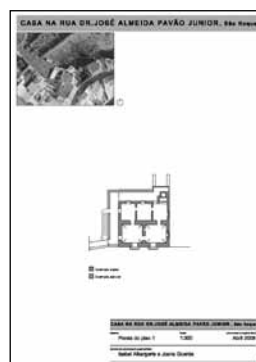


Fig. 15 – Solar de S. Sebastião, planta do piso 0



Fig. 16 – Casa da rua Dr. José de Almeida Pavão.
Foto Isabel Albergaria

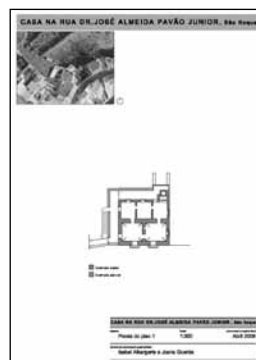


Fig. 17 - Casa da rua Dr. José de Almeida Pavão,
planta do piso 1

Entre as casas nobres micalenses que adoptam uma planta compacta, tendencialmente quadrangular, destacam-se o Solar de São Sebastião (Rabo de Peixe), uma casa na Rua da Madalena (Rosto do Cão), uma outra na estrada do Pópulo de Cima (conhecida por casa de André Pacheco), a Casa da Rocha Quebrada, duas casas em Vila Franca, uma na rua Cónego Sena Freiras e outra na rua Visconde da Palmeira (estas duas urbanas). São todas edificações do século XVIII, com cozinha integrada no andar nobre, acesso por escada exterior e balcão (excepto as urbanas), quatro a cinco compartimentos por piso divididos

²⁷ AAVV, *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000, p.222..

em duas fiadas por paredes resistentes, e dois telhados de quatro águas sobre cada um dos blocos rectangulares. Na tipologia e na morfologia aproximam-se bastante dos exemplares da região de Lisboa.

Algumas questões problemáticas e uma breve conclusão

Frente aos exemplos inventariados, a casa da Caldeira das Lajes constitui um «caso único» de uma tipologia reconhecida, embora insuficientemente estudada no conjunto das séries que essa tipologia desenvolve na diacronia, tanto em edifícios nobres como em habitações mais populares.

Quanto à sua génese as hipóteses são várias e permanecem por enquanto um ponto em aberto. A tipologia poderá corresponder a uma solução de transição, fluida na forma e na sociogénese, resultado da acumulação de dois corpos saloios que evoluem no sentido da progressiva nobilitação, como defendeu João Vieira Caldas no já mencionado estudo sobre a casa rural dos arredores de Lisboa²⁸. Face ao exemplar da Casa do Castelhana, inclinar-me-ia a rejeitar essa hipótese parecendo-me que se partiria antes de uma origem erudita que tendeu a vulgarizar-se com o tempo.

A questão, aliás, foi revista pelo mesmo historiador da arquitectura no estudo que dedica à arquitectura rural do Algarve, onde apresenta como hipótese alternativa a uma evolução por adição modular, a possível influência da casa torre medieval como arquétipo de referência nobilitante, retomando uma sugestão que já havia sido lançada por José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, a propósito da casa saloia e dos seus característicos volumes torreados²⁹. Um exemplo próximo das habitações de planta quadrada das quintas algarvias da época moderna, pode mesmo ser encontrado na torre medieval de Marim, dividida internamente em quatro compartimentos no andar habitado e acesso por escada exterior. Sendo a *casa forte* de Marim datada de finais do século XIII, o precedente medieval encaixa que nem uma luva na ideia de uma continuidade temporal de um modelo que foi perdendo a sua feição militarizante readaptando-se a novas funções e outros modos de habitar.

A hipótese é tentadora e não deve ser descartada. É preciso lembrar, no entanto, que quase todas as *domus fortis* medievais (particularmente as nortenhas) não tinham mais do que uma divisão por piso e sobretudo possuíam uma volumetria de torre que a maioria das casas de planta quadrangular não tem.

No que toca à casa do Castelhana, apesar dos indícios históricos apontarem para um locatário com atribuições militares, o resultado na forma construída afasta-se do modelo militar em todos os sentidos, excepto talvez no rigor das medidas, na *secura* e aridez do seu aspecto geral. De resto, nem a volumetria, nem as sugestões de perfil abaluartado que surgem frequentemente na arquitectura doméstica da ilha Terceira, nem outros quaisquer elementos morfológicos fazem lembrar os tipos de construção fortificada, quer nas versões medievais, quer nas modernas.

Sem resposta definitiva para a questão, um aspecto que cumpre realçar é a matriz conceptual que está subjacente à proposta arquitectónica da casa terceirense, formalizada numa relação geométrica e numérica de possível significação simbólica, congregadora de toda uma tradição renascentista e maneirista. Nesse sentido talvez a devêssemos entender como pura invenção espacial, sem um modelo óbvio de referência,

²⁸ João Viera CALDAS, *A casa rural nos arredores de Lisboa no século XVIII*, p.57

²⁹ José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro terão sugerido que o volume torreado da casa saloia poderia corresponder a uma influência da casa-torre medieval, viajando do norte para sul e manifestando-se na arquitectura popular. Cit por João Vieira CALDAS, *A Casa Rural nos Arredores de Lisboa no século XVIII*, p.106. *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*, p.55, nota 67.

medida abstracta colhida da prática projectual e traduzida naquela experiência sensível. A sua misteriosa fundação poderá esconder valiosas pistas sobre a origem e circulação de uma tipologia relativamente comum no território nacional, que surge pontualmente ainda no século XVI, como vimos.

O lado decepcionante deste «achado» reside no facto da tipologia experimentada na casa do castelhana não ter suscitado imediatamente outras réplicas, de modo a desenvolver uma série consistente de casas de planta quadrangular, tanto na ilha Terceira, como no restante arquipélago. Com efeito, o levantamento do património imóvel já publicado para o concelho da Praia, não revela casos semelhantes para uma cronologia tão recuada. Em Angra há um exemplar possivelmente seiscentista na rua da Palha a suscitar interesse, mas a falta de estudos orientados para a problemática das tipologias da arquitectura doméstica impede que se retirem conclusões. Já para São Miguel, os levantamentos que efectuei da casa nobre revelam a existência de uma mini série de casas de planta quadrangular no século XVIII, com o possível precedente da quinta de São Caetano, no Livramento (praticamente desaparecida), datada de finais do século XVII.

Particularmente nos Açores os hiatos não são muito compreensíveis. Com efeito, depois das casas nobres setecentistas, onde voltamos a encontrar esta tipologia mais ou menos próxima do modelo é na arquitectura doméstica popular dos séculos XIX e XX, em quase todas as ilhas³⁰.

Deixando de lado os aspectos tipológicos que não podem ser totalmente esclarecidos por enquanto, concentremo-nos nos elementos construtivos e morfológicos, relativamente aos quais a casa do castelhana poderá, agora sim, ter funcionado como protótipo, senão da casa açoriana, pelo menos da terceirense. É o que acontece, por exemplo, com a tradicional chaminé de-mãos-postas da Terceira e Graciosa, armada em lajes de pedra aparelhada e ostentando um acentuado perfil geométrico (de prisma triangular), tal como a vemos na antiga Casa do Castelhana.

Também o uso de arcos de volta perfeita apoiados em pilares de secção rectangular e rudes capitéis cúbicos, traçados em cruz nos baixos da casa, é frequente como sistema estrutural da casa urbana de An-



Fig.18 - Casa rural na canada dos Fundões - Lajes. Foto IPI-IAC

³⁰ Sobre as tipologias da arquitectura popular açoriana, além dos já citados estudos, veja-se o artigo de João Vieira CALDAS, «A Casa da Graciosa», in *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Santa Cruz da Graciosa*, 2010, pp.43-49.

gra. Segundo o Eng. Correia Guedes que acompanhou a reconstrução da cidade pós-sismo de 1980, esse sistema encontrava-se em várias das casas mais antigas da Rua Direita³¹.

Do ponto de vista distributivo deve sublinhar-se a presença da cozinha no primeiro andar, como acontece em regra na arquitectura doméstica de prestígio em todas as ilhas dos Açores. Mesmo na casa popular, a cozinha ocupa quase sempre o primeiro andar, desde que o edifício tenha sido concebido com dois pisos na fachada, embora por vezes aproveite a diferença de cotas para ficar assente sobre o terreno, na parte posterior da habitação.

Deitando um último olhar à Casa do Castelhana o que me salta mais à vista são as proporções de casa larga e um pouco atarracada, a definição de volumes «puros», a métrica espaçada dos vãos (excepto na fachada), tão próximos da casa rural rica açoriana e, particularmente, da terceirense.

Em jeito de conclusão diria que a uma matriz planimétrica, inequivocamente erudita, que deve ser vista como arquétipo da casa de planta quadrangular, incapaz de gerar réplicas imediatas no território insular, sobrepõe-se, no plano formal, morfológico e na semântica dos espaços, um conjunto de soluções intimamente relacionadas com a casa açoriana. A casa nobre seiscentista revela-se afinal tão próxima, em alguns aspectos, da arquitectura popular açoriana dos séculos XIX e XX.

³¹ Cf. Carlos Sousa OLIVEIRA; Arcindo LUCAS; José Henrique Correia GUEDES, *10 Anos após o sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Lisboa: SRHOP/LNEC, 1992. vol.2, p.392.